

CLÁUSULA DE ABERTURA MATERIAL NAS CONSTITUIÇÕES DA ÁMERICA DO SUL A PARTIR DA PERSPECTIVA JUSCOMPARATIVA: RUMO AO CONSTITUCIONALISMO MULTINÍVEL SUL-AMERICANO

*OPENING CONSTITUTIONAL CLAUSE IN THE CONSTITUTIONS OF SOUTH
AMERICAN COUNTRIES FROM THE JUSCOMPARATIVE POINT OF VIEW:
TOWARDS SOUTH AMERICAN MULTILEVEL CONSTITUTIONALISM*

Geziela Iensue

Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisadora-bolsista do CNPq/Fundect (MS). Professora Adjunta da Graduação em Direito e da Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: igeziela@gmail.com.

Guilherme Augusto Faria Valente

Pós-graduado em Direito Digital pelo Instituto New Law (UNIFTEC). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Campus de Três Lagoas. E-mail: guilhermeafv@hotmail.com.

Como citar: IENSUE; Geziela; VALENTE, Guilherme Augusto Faria. Cláusula de abertura material nas constituições da América do Sul a partir da perspectiva juscomparativa: rumo ao constitucionalismo multinível sul-americano. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 116-133, abr. 2025. DOI: 10.5433/1980-511X.2025.v20.n1.46827. ISSN: 1980-511X.

Recebido em: 25/10/2022

Aceito em: 24/08/2023

Resumo: A Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 5º, § 2º, o princípio da não exaustividade ou a cláusula de abertura aos direitos humanos fundamentais, ou seja, os direitos nela previstos não excluem outros decorrentes do regime e princípios nela previstos e de instrumentos internacionais celebrados pelo Brasil (1988). O presente artigo busca analisar sob um ponto de vista estrutural-comparativo como as constituições sul-americanas qualificam a abertura aos direitos humanos, em termos de amplitude, alcance e *status* normativo, de modo a contribuir à discussão sobre o tema. Para tanto, se apresenta uma panorâmica das principais Constituições sul-americanas no que tange às suas respectivas cláusulas de abertura aos direitos humanos fundamentais, com destaque à positivação ou a sua ausência, ao *status* hierárquico e à exigência de procedimento legislativo próprio voltado à recepção constitucional. No que diz respeito à metodologia utilizada trata-se de uma abordagem quantitativa e qualitativa; de pesquisa básica, quanto à natureza; exploratória e descritiva, quanto aos objetivos; bibliográfica e documental, quanto aos procedimentos. Por fim, conclui-se que o dinamismo da abertura constitucional aos direitos humanos fundamentais, vale dizer, o diálogo entre a ordem interna e internacional nessa seara, permitirá a construção de um constitucionalismo multinível sul-americano.

Palavras-chave: constituições Sul-Americanas; cláusula de abertura material; direitos humanos fundamentais; constitucionalismo multinível.

Abstract: The 1988 Federal Constitution provides in its article 5, § 2, the principle of non-exhaustiveness or the opening clause to fundamental human rights, that is, the rights provided for therein do not exclude others arising from the regime and principles provided for therein and international instruments celebrated by Brazil. This article seeks to analyze from a structural-comparative point of view how the South American constitutions qualify the opening to human rights, in terms of breadth, scope and normative status, in order to contribute to the discussion on the subject. In order to do so, an overview of the main South American Constitutions presented regarding their respective opening clauses to fundamental human rights, with emphasis on the positivization or absence thereof, the hierarchical status and the requirement of its own legislative procedure aimed at constitutional reception. . With regard to the methodology used, it is a quantitative and qualitative approach; of basic research, in terms of nature; exploratory and descriptive, regarding the objectives; bibliographic and documentary, regarding the procedures. Finally, concluded that the dynamism of the constitutional opening to fundamental human rights, that is, the dialogue between the internal and international order in this area, will allow the construction of a South American multilevel constitutionalism.

Keywords: South American constitutions; opening constitutional clause; fundamental rights; human rights; multilevel constitutionalism.

INTRODUÇÃO

Em meio às distintas maneiras de se esboçar os direitos humanos está a compreensão que a condição de ser humano implica à proteção da sua dignidade, seja sob o viés do direito interno ou a partir do enfoque do direito internacional, cujos âmbitos estão em constante sinergia. Assim, os instrumentos jurídicos internacionais assumem uma inter-relação com os ordenamentos jurídicos internos, os quais tendem a especificar o procedimento de recepção e aplicabilidade dos direitos humanos, à medida dessa interação.

Nesse contexto, destacam-se no ordenamento jurídico brasileiro os Tratados que versam sobre os direitos humanos, haja vista que instauram um diálogo entre a ordem jurídica interna e a ordem internacional a partir de um viés constitucional cooperativo. Ademais, ressalta-se o § 2º. do artigo 5º. da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988¹, que positiva a cláusula de abertura material ou de não-tipicidade ou não-taxatividade dos direitos fundamentais, consagrando a existência de direitos que em razão da sua substância, possam ser deduzidos de todo o texto constitucional ou de instrumentos jurídicos internacionais sobre direitos humanos que o Brasil seja signatário (Brasil, 1988).

O presente artigo procura investigar comparativamente acerca dos aspectos atinentes as relações entre o direito internacional e o direito interno, no tocante à abertura do direito constitucional contemporâneo aos direitos humanos internacionalmente consagrados, à luz da investigação quanto à presença ou ausência da denominada “cláusula de abertura material” ou cláusula de “não-tipicidade” no âmbito das Constituições dos países sul-americanos,² com vistas a identificar as confluências, as diferenças e as influências recíprocas, de modo crítico-reflexivo.

A análise se justifica tendo em vista a existência de inúmeros estudos juscomparativos centrados nas ordens jurídicas do Norte Global, em especial, dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América, em detrimento à carência de análises das ordens constitucionais dos países sul-americanos, os quais, inclusive, guardam maior similitude, em termos de aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e jurídicos, com o Brasil.

Para tanto, apresenta um breve panorama estrutural-comparativo das Constituições dos países da América do Sul, com o objetivo de identificar a presença das cláusulas de abertura material nos respectivos textos constitucionais.

Ademais, analisa a “cláusula de abertura material” positivada no Art. 5º, § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988) em face aos demais ordenamentos constitucionais sul-americanos, que porventura também a contemplem. Pretende ainda, investigar qual o tratamento dispensado pelos diferentes textos constitucionais dos países sul-americanos no tocante ao status hierárquico dos tratados de direitos humanos, bem como como se encontra disposto em cada texto constitucional sul-americano em paralelo ao Art. 5º, § 3º da CRFB/88³.

Procura-se ao final, com vistas a melhor compreender o dinamismo da abertura constitucional aos direitos humanos fundamentais, o necessário delinear dos contornos de um novo espaço jurídico constitucional conformado rumo à construção de um constitucionalismo multinível sul-americano. A metodologia utilizada é a qualitativa quanto à abordagem; básica quanto à natureza, exploratória/descriptiva quanto aos objetivos, e documental e bibliográfica quanto aos procedimentos. Quanto aos métodos o estudo se vale do método estrutural-comparativo.

1 Cf. Art. 5, § 2º. “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (Brasil, 1988).

2 Foram contemplados todos os países da América do Sul, a saber, Argentina, Brasil, Chile, Equador, Peru, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Suriname, e Guiana, com exceção da Guiana Francesa, haja vista seu *status* de território ultramarino francês e a ausência de Constituição própria.

3 Cf. Art. 5, § 3º “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais” (Brasil, 1988).

1 CLÁUSULA CONSTITUCIONAL DE ABERTURA MATERIAL E A INTERNALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

No Brasil, a cláusula de abertura material ou de não-tipicidade encontra-se prevista no artigo 5º, § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988⁴, e estabelece que os direitos e garantias expressos nessa constituição, não excluem outros decorrentes do regime, princípios e de tratados internacionais dos quais o país seja signatário (Brasil, 1988). Logo, o referido dispositivo possibilita a ampliação do catálogo de direitos fundamentais materiais para além daqueles localizados no Título II da Constituição Federal, assim como reconhece um bloco de constitucionalidade amplo, que abarca os direitos previstos nos tratados internacionais de direitos humanos.

Nesse sentido, a previsão do § 2º vincula-se ao preceito no § 3º, do artigo 5º da CRFB/88, introduzido pela EC n. 45/2004 ao dispor que, “[...] os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”⁵ (Brasil, 1988). Assim, em face da referida abertura constitucional não mais exige monopólio na legislação e interpretação: ele se abre - de forma escalonada - a procedimentos internacionais ou de Direito Internacional de legislação, e a processos de interpretação (Häberle, 2007, p. 61).

O que notabiliza um diálogo entre o Direito interno e a ordem jurídica internacional delineando-se o chamado Estado Constitucional Cooperativo⁶, vez que expande a aplicabilidade do direito internacional sobre o âmbito interno, o que possibilita uma atualização da ordem jurídica interna em face às novas demandas históricas e jurídicas.

Nesse contexto, insta salientar que a abertura das normas constitucionais é conceito diferente da abertura da Constituição. Ademais, conforme José Gomes Canotilho evidencia a tarefa de estabelecer as normas constitucionais abertas não se reduz a esquemas fixos e totalizantes. Como tendência, assinala-se a abertura das normas constitucionais em assuntos: (i) sobre os quais há um consenso geral; (ii) em relação aos quais é necessário criar um espaço de conformação política; (iii) em relação aos quais podem ser justificadas medidas corretivas ou adaptadoras (Canotilho, 1993, p. 188-189).

A cláusula de abertura constitucional material funciona dentro do conceito de Estado Constitucional Cooperativo como um instrumento representativo de receptibilidade e abertura positiva, podendo se confundir com o próprio conceito de Estado Constitucional Cooperativo.

Conforme expõe Peter Häberle (2007, p. 70) é próprio do Estado Constitucional Cooperativo a abertura para relações internacionais com efeito de impor medidas eficientes no âmbito interno e no acento da abertura global dos direitos humanos em uma realização cooperativa. No particular, evidencia-se por oportuno, a relação entre os direitos humanos e os direitos fundamentais, como se notabiliza na ordem constitucional brasileira de 1988, ao adotar em seu texto ambas as expressões. No disposto artigo 5º, § 2º emprega a expressão “direitos e garantias fundamentais”⁷ (Brasil, 1988) ao tratar sobre a cláusula de abertura, por outro lado, em seu § 3º ao se referir aos Tratados Internacionais utiliza a expressão “direitos humanos”⁸.

Do ponto de vista técnico-jurídico as expressões se diferenciam no tocante ao acento de positivação. Assim, os denominados “direitos fundamentais” designam

4 Cf. Art. 5, § 2º “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (Brasil, 1988).

5 Cf. Art. 5, § 3º “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais” (Brasil, 1988).

6 Ensina Peter Häberle que o Estado Constitucional Cooperativo “[...] é o Estado que justamente encontra a sua identidade também no Direito Internacional, no entrelaçamento das relações internacionais e supranacionais, na percepção da cooperação e responsabilidade internacional, assim como no campo da solidariedade. Ele corresponde, com isso, à necessidade internacional de políticas de paz” (Häberle, 2007, p. 4).

7 Cf. Art. 5, § 2º “Os *direitos e garantias* expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (Brasil, 1988).

8 Cf. Art. 5, § 3º “Os tratados e convenções internacionais sobre *direitos humanos* que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais” (Brasil, 1988).

àqueles direitos positivados a nível interno, já os chamados “direitos humanos” referem-se àqueles direitos naturais positivados nas declarações e convenções internacionais, bem como às exigências básicas relacionadas com a dignidade, a liberdade e a igualdade humanas que não tenham alcançado um estatuto jurídico-positivo (Pérez Luño, 2004, p. 46).

Nesse contexto, cabe mencionar ainda a caracterização do desdobramento dos direitos fundamentais em materiais e formais, os primeiros – os direitos materialmente fundamentais – apresentariam as notas da fundamentalidade – os outros evidentemente, não, por mais relevantes que sejam. No primeiro caso, exemplificativamente, está o direito à vida (art. 5º, *caput* da Constituição brasileira), indiscutível direito material fundamental. De outra feita, o direito a certidões (inciso XXXIV, “b”) a despeito da sua importância, constitui um típico direito formalmente fundamental (Ferreira Filho, 2007, p. 4).

No tocante ao disposto na redação do artigo 5º, § 2º da CRFB/88, vislumbra-se duas (02) espécies de direitos fundamentais a serem identificadas no bojo da cláusula de abertura constitucional brasileira. São eles, os direitos formal e materialmente fundamentais, ainda que implícitos; e os direitos materialmente fundamentais, equivalentes àqueles não sediados no texto constitucional (Sarlet; Marinoni; Mitidiero, 2018, p. 343).

Assim, a maioria da doutrina brasileira sustenta que existem três (03) modalidades de direitos fundamentais no texto Carta Magna. Ou seja, há os direitos e garantias expressos na própria Constituição, a exemplo dos presentes nos incisos I ao LXXVIII do artigo 5º, e outros fora do rol de direitos mas inseridos na Constituição, tais como a garantia da anterioridade tributária (Art. 150, III, b da CRFB/88); há ainda, os direitos e garantias implícitos subentendidos nas regras de garantias e os decorrentes do regime e dos princípios constitucionalmente adotados; e por fim, existem os direitos e garantias positivados em instrumentos internacionais cujo Brasil tenha aderido (Ferreira Filho, 2007, p. 95).

Em uma perspectiva histórica, as Constituições brasileiras aderiram em sua maioria há abertura constitucional nos moldes do que preconiza a norma prevista na CRFB/88. A 9º Emenda da Constituição do Estados Unidos da América, datada de 1791, conhecida como a primeira a fazer referência aos direitos implícitos, compreende que “[...] a enumeração de certos direitos na constituição não será interpretada de modo que se neguem ou restrinjam outros retidos pelo povo”, tal dispositivo serviu de inspiração à norma constitucional brasileira de reconhecimento a direitos implícitos (Ferreira Filho, 2007; Sarlet, 2011, p. 342).

De igual modo, cita-se o artigo 16, 1º, da Constituição da República Portuguesa de 1976, ao estabelecer que “[...] os direitos fundamentais consagrados na Constituição não excluem quaisquer outros constantes das leis e das regras aplicáveis de direito internacional” (Portugal, 1976, art. 16).

Resta evidente que a primeira parte do dispositivo, isto é, “[...] os direitos fundamentais consagrados na Constituição não excluem”, diz respeito aos direitos fundamentais formais, e a segunda parte, ou seja, “[...] quaisquer outros constantes das leis e das regras aplicáveis de direito internacional, se refere aos direitos fundamentais em sentido material (Cunha, 2000, p. 260).

No que se refere à norma prevista no artigo 5º, § 3º da CRFB/88 aduz-se que à sua inclusão ao texto constitucional brasileiro ocorreu por meio da Emenda Constitucional (EC) nº 45 de 8 de dezembro de 2004 resultado da PEC 29/2000 no âmbito da reforma do Poder Judiciário.

Com a finalidade de pacificar o entendimento acerca da hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos no ordenamento jurídico pátrio, cuja redação é inclusive análoga ao disposto no artigo 60, § 2º da CRFB/88 (Brasil, 1988, art. 60)⁹, o qual diz respeito à aprovação de proposta de emenda à Constituição. Evidencia-se o caráter procedimental do dispositivo em sintonia com a interpretação do artigo 5º, § 2º, tendo em vista a distinção entre direitos huma-

9 Cf. Art. 60, § 2º “A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros” (Brasil, 1988).

nos e direitos fundamentais em cada plano de reconhecimento (Sarlet, 2011, p. 327-328).

Por sua vez, o § 3º do artigo 5º da CRFB/88 foi objeto de intensa discussão pela doutrina nacional o que implicou distintas visões doutrinárias sobre o impacto do rito especial na hierarquia dos tratados de direitos humanos¹⁰.

Dentre as várias interpretações correntes, a Suprema Corte Brasileira no julgamento do *leading case* RE 466.343¹¹ (Brasil, 1988), optou por aderir à teoria do duplo estatuto dos tratados de direitos humanos, vale dizer, os tratados internacionais de direitos humanos aprovados pelo rito do artigo 5º, § 3º, gozam de natureza constitucional e todos os demais dispõem de natureza supralegal, isto é, estão abaixo da Constituição, mas acima de toda e qualquer lei.

Destarte, inclusive, os tratados internacionais de direitos humanos anteriormente ratificados que não tenham sido aprovados pelo procedimento estatuído pelo novo § 3º, a despeito do teor literal dos §§ 1º e 2º do Art. 5º da CRFB/88 (Brasil, 1988).

Até então, o entendimento dominante no STF era no sentido da paridade hierárquico-normativa dos instrumentos internacionais com a legislação infraconstitucional, com base nos artigos 102, inciso III, alínea “b” e 105, inciso III, alínea “a”, ambos da CRFB/1988 (Sgarbossa; Jensen, 2010, p. 1).

Por conseguinte, o artigo 5º, § 3º ensejou revisão do posicionamento da Suprema Corte sobre a hierarquia dos tratados de direitos humanos no Brasil. Com vistas a solucionar eventuais incompatibilidades entre a ordem interna e a ordem internacional optou por um critério hierárquico que forçosamente culmina na solução de maneira apriorística e desvinculada da análise do caso concreto, conduzindo à divisão hierárquica *a priori* de prevalência entre normas.

Por sua vez, o posicionamento da Suprema Corte Brasileira segue o que em regra se adota no tocante ao conflito de regras entre as normas internas e as internacionais, ou seja, segue-se os clássicos critérios de solução de antinomias e o supracitado critério normativo hierárquico (Sgarbossa; Jensen, 2010, p. 1). No particular, aduz-se ainda que a doutrina brasileira majoritária endossa a tese do monismo jurídico com primazia do direito internacional (Sarlet; Marinoni; Mitidiero, 2018, p. 221).

Registra-se que o artigo 79, §§ 1º e 2º da Lei Fundamental alemã serviu de inspiração ao legislador constitucional brasileiro. O referido dispositivo estabelece que os Tratados Internacionais, sobretudo os relativos à paz, podem complementar a Constituição, desde que emendada por lei e aprovada por dois terços dos membros do Parlamento Federal e dois terços dos votos do Conselho Federal (Mazzuoli, 2005).

Evidenciar-se que a Lei Fundamental alemã não dispõe expressamente “aos tratados sobre direitos humanos” como consta no texto constitucional brasileiro (Mazzuoli, 2005, p. 96). Ressalta-se, por oportuno, que os Tratados que não seguem o rito procedimental referido, gozam de *status* de norma supralegal, vale dizer, estão acima das normas infraconstitucionais, mas abaixo da Constituição¹².

Nota-se a tônica de rompimento com a harmonia do sistema de integração dos tratados de direitos humanos. Posto que, cria “categorias” jurídicas entre os instrumentos internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, ao distinguir o tratamento para as normas internacionais a despeito de guardarem mesmo fundamento ético e igual fundamento de validade (Mazzuoli, 2005, p. 101).

Nesse sentido, a ordem constitucional brasileira opta por um sistema misto disciplinador, “[...] que se caracteriza por combinar regimes jurídicos diferencia-

10 Resumidamente, citam-se quatro posições: i) *status* supraconstitucional, em face de sua origem internacional; ii) *status* constitucional; iii) *status* de lei ordinária federal (majoritária no STF, de 1988 a 2008); iv) *status* supralegal (acima da lei e abaixo da Constituição) (Brasil, 1988).

11 No julgamento do RE 466.343, atinente à prisão civil do depositário infiel, a maioria de votos dos Ministros sustentou novo *status* normativo para os tratados internacionais de direitos humanos. A nova posição prevalecente no STF foi conduzida pelo Ministro Gilmar Mendes que, resgatando a visão anterior de Sepúlveda Pertence em seu voto no HC 79.785/RJ, sustentou a natureza supralegal dos tratados de direitos humanos não aprovados pelo rito especial do artigo 5º, § 3º, da CF/88 (Brasil, 1988).

12 Conforme posicionamento firmado no *leading case* Recurso Extraordinário (REx) nº 466.343/SP pelo Supremo Tribunal Federal (STF), bem como no julgamento do *Habeas Corpus* n. 87.585-8/TO (Brasil, 2008a, 2008b).

dos: um regime aplicável aos tratados de direitos humanos e outro aplicável aos tratados tradicionais” (Piovesan, 2016, p. 124-127). Como visto, a doutrina pátria elenca quatro correntes acerca da hierarquia dos tratados de direitos humanos, que correspondem desde a hierarquia supraconstitucional de tais tratados, a hierarquia constitucional, a hierarquia infraconstitucional (mas supralegal) e a paridade hierárquica entre tratado e lei federal.

Por fim, em uma perspectiva subnacional ou estadual, algumas das Constituições das unidades federativas brasileiras também tendem a contemplar uma cláusula de abertura material em seu texto. Constituem exemplos as ordens constitucionais dos Estados do Amazonas (1989, art. 3)¹³, de Minas Gerais (1989, art. 4)¹⁴, de Mato Grosso (1989, art. 10)¹⁵, do Pará (1989, art. 5), da Paraíba (1989, art. 3)¹⁶, do Piauí (1989, art. 5)¹⁷, do Rio Grande do Norte (1989, art. 3)¹⁸ e de Sergipe (1989, art. 3)¹⁹.

Destaca-se que tais dispositivos estaduais apresentam uma relação com o ordenamento constitucional federal, por sua vez se caracteriza como uma norma de reenvio formal, ou seja, estabelecem uma conexão entre as ordens constitucionais sendo repetidas em diversos textos constitucionais estaduais com maiores ou menores variações daquilo que prevê artigo 5º, § 2º da CRFB/88 (Brasil, 1988).

O diferencial fica a cargo das Constituições de Mato Grosso (1989, art. 10) e Paraíba (1989, art. 3) que propõem uma hipótese de conexão não apenas com a ordem constitucional nacional (federal), mas também com a ordem jurídica supranacional (internacional), ou seja, estabelece uma conexão multinível normativa.

Consigne-se ainda sobre o tema das cláusulas de reenvio e/ou de abertura estaduais, que várias constituições estaduais contemplam disposições garantidoras da eficácia dos direitos fundamentais, *v.g.*, a Constituição do Estado da Paraíba, em seu artigo 3º, §1º²⁰, ao dispor sobre a destituição do mandato administrativo, cargo ou função de direção da administração direta ou indireta de agente público que, injustificadamente e por mais de 90 dias a contar do requerimento do interessado, deixa de sanar omissão inviabilizadora do exercício de direito constitucional²¹ (Sampaio, 2019).

2 CLÁUSULA DE ABERTURA MATERIAL NAS CONSTITUIÇÕES SUL-AMERICANAS SOB A ÓTICA JUSCOMPARATIVA

Com vistas a apresentar uma panorâmica do tratamento sobre os dispositivos vinculados à abertura material nas Constituições sul-americanas, empreende-se inicialmente uma breve análise histórica e estrutural²² comparativa dos textos constitucionais sul-americanos, seguida de uma identificação das cláusulas de abertura material e da análise do *status* hierárquico dos tratados internacionais de direitos humanos impingidos pelas respectivas ordens constitucionais.

A Constituição Uruguaia (*Constitución de la República Oriental del Uruguay*) é a mais antiga dentre as Constituições sul-americanas, sendo datada sua origem

13 Cf. Art. 3º. “O Estado, nos limites de sua competência, assegura, em seu território, a brasileiros e estrangeiros, a inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais declarados na Constituição da República” (Amazonas, 1989).

14 Cf. Art. 4º. “O Estado assegura, no seu território e nos limites de sua competência, os direitos e garantias fundamentais que a Constituição da República confere aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País” (Minas Gerais, 1989).

15 Cf. Art. 10. “O Estado de Mato Grosso e seus Municípios assegurarão, pela lei e pelos atos dos agentes de seus Poderes, a imediata e plena efetividade de todos os direitos e garantias individuais e coletivas, além dos correspondentes deveres, mencionados na Constituição Federal, assim como qualquer outro decorrente do regime e dos princípios que ela adota, bem como daqueles constantes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, nos termos seguintes: [...]” (Mato Grosso, 1989).

16 Cf. “Art. 3º. “O Estado assegura, nos limites de sua competência, os direitos e garantias fundamentais que a Constituição Federal reconhece a brasileiros e estrangeiros” (Paraíba, 1989).

17 Cf. Art. 5º. “O Estado assegura, no seu território e nos limites de sua competência, a inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais que a Constituição Federal confere aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país” (Piauí, 1989).

18 Cf. Art. 3º. “O Estado assegura, nos limites de sua competência, os direitos e garantias fundamentais que a Constituição Federal reconhece a brasileiros e estrangeiros” (Rio Grande do Norte, 1989).

19 Cf. Art. 3º. “O Estado assegura por suas leis e pelos atos dos seus agentes, além dos direitos e garantias individuais previstos na Constituição Federal e decorrentes do regime e dos princípios que ela adota, ainda os seguintes: [...]” (Sergipe, 1989).

20 Cf. Art. 3º “[...] § 1º Incide na penalidade de destituição de mandato administrativo, de cargo ou função de direção, em órgão da administração direta ou indireta, o agente público que, dentro de noventa dias do requerimento do interessado, deixar, injustificadamente, de sanar omissão inviabilizadora do exercício de direito constitucional” (Paraíba, 1989).

21 Referido dispositivo se revela particularmente interessante não somente por constituir um mecanismo sem paralelo na ordem constitucional federal – garantia de eficácia das normas constitucionais de direitos fundamentais, mas também por constituir exceção à regra do controle de constitucionalidade atual.

22 Em uma análise estrutural serão apresentadas as seguintes informações: data de promulgação, números de títulos e número de artigos. Tal exame teve como objetivo trazer uma breve percepção geral acerca de como cada Constituição é composta em sua estrutura textual e o contexto temporal que estão inseridas.

no século XIX, mais em específico no dia 28.06.1830, a qual sofreu diversas reformas ao longo de sua história, sendo a mais significativa a reforma de 1967 que alterou praticamente na integralidade o texto constitucional, a qual posteriormente foi reformada em 1997 e possui atualmente 19 títulos e 332 artigos.

A Constituição da Argentina (*Constitución de La Nación Argentina*) segue a mesma linha da Constituição uruguaia, sendo promulgada em 01.05.1853, sofrendo reformas nos anos de 1860, 1866, 1898, 1949, 1957 e a mais recente em 1994, possuindo 5 títulos e 129 artigos. Em sequência, tem-se na década de 1980, a promulgação de quatro Constituições, são elas: a Constituição da Guiana (*Constitution of co-operative Republic of Guyana*) datada de 20.02.1980, atualmente com 10 títulos e 232 artigos, a Constituição do Chile (*Constitución Política de la República de Chile*) promulgada em 21.10.1980, a qual possui 15 títulos e 129 artigos, a Constituição do Suriname (*The Constitution Of The Republic Of Suriname*) promulgada em 30.09.1987, possui 29 títulos e 186 artigos e a Constituição do Brasil (Constituição da República Federativa do Brasil) promulgada em 05.10.1988 e que consta com 10 títulos e 250 artigos.

Seguidas da promulgação de mais quatro Constituições sul-americanas, nos anos de 1990, quais sejam: Constituição da Colômbia (*Constitución Política de Colombia*) promulgada em 07.07.1991, atualmente com 13 títulos e com 380 artigos, a Constituição do Paraguai (*Constitución de la República de Paraguay*) promulgada em 20.06.1992, a qual possui 5 títulos e 291 artigos, a Constituição do Peru (*Constitución Política del Peru*) promulgada em 29.12.1993, atualmente com 6 títulos e 206 artigos e a Constituição da Venezuela (*Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*) promulgada em 15.12.1999, a qual consta hoje com 9 títulos e 350 artigos.

E, as mais recentes com promulgação durante a primeira década dos anos 2000, as Constituições do Equador e da Bolívia. A Constituição do Equador (*Constitución de la República del Ecuador*) com promulgação na data de 28.09.2008, contendo 9 títulos e 444 artigos, e a Constituição da Bolívia (*Constitución Política del Estado*), a qual foi promulgada em 09.02.2009, é mais nova dentre todas as Constituições, possuindo 17 títulos e 411 artigos.

Das 12 (doze) Constituições em evidência, foram identificados em 6 (seis) delas dispositivos referentes à abertura constitucional para os tratados ou convenções internacionais. As Constituições da Argentina, Colômbia, Equador, Guiana e Venezuela fazem parte dessa lista de países, juntamente com a Constituição brasileira. Quanto à previsão do *status* hierárquico dos tratados de direitos humanos, há previsão nas ordens constitucionais da Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai e Venezuela, além do Brasil.

Na Carta Política Argentina, o artigo 75, inciso (22), elenca um rol de tratados e convenções internacionais que gozam de hierarquia constitucional, não sendo permitido a revogação dos dispositivos constitucionais em decorrência desses, devendo serem entendidos como complementares aos direitos e garantias por ela reconhecidos²³ (Argentina, 1853).

Ademais preceitua que os outros Tratados e Convenções sobre direitos humanos após a aprovação do Congresso, exigirão o voto de dois terços da totalidade dos membros de cada Câmara para usufruir da hierarquia constitucional²⁴. O mencionado dispositivo, impõe ainda em seu inciso (23)²⁵ ao Congresso, o dever de legislar em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos, especialmente àquelas protetivas as crianças, mulheres, idosos e portadores de deficiência.

23 [...] Cf. Art.75 (22), tem-se na ordem constitucional argentina uma abertura aos Tratados estabelecida em rol exemplificativo, consistente em 10 (dez) Instrumentos internacionais com *status* constitucional, são eles: a) Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem; b) Declaração Universal dos Direitos Humanos; c) Convenção Americana sobre Direitos Humanos; d) Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; e) Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e seu Protocolo Opcional; f) Convenção para Prevenir e Punir o Crime de Genocídio; g) Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; h) Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres; i) Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes; j) Convenção sobre os Direitos da Criança (Argentina, 1853).

24 Cf. art. 75, (22). “Os demais tratados e convenções sobre direitos humanos, depois de aprovados pelo Congresso, exigirão o voto de dois terços da totalidade dos membros de cada Casa para gozar da hierarquia constitucional” (Argentina, 1853, tradução nossa).

25 Cf. art. 75, (23). “Legislar e promover medidas de ação positiva que garantam a real igualdade de oportunidades e tratamento, e o pleno gozo e exercício dos direitos reconhecidos por esta Constituição e pelos tratados internacionais vigentes sobre direitos humanos, particularmente no que diz respeito a crianças, mulheres, idosos e pessoas com deficiências (Argentina, 1853, tradução nossa).

A Constituição da Colômbia (1991) estabelece a abertura constitucional material ao dispor no artigo 94²⁶, que os direitos e garantias nela contidos, assim como os consagrados nas Convenções internacionais vigentes, não implicam negação a outros direitos e garantias cuja inerência à pessoa humana não estejam expressamente previstos. Tal dispositivo inclusive é similar ao artigo 5º, parágrafo 2º da Constituição Brasileira de 1988.

Destaca-se ainda o artigo 93²⁷ do texto constitucional colombiano ao versar que os Tratados internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Congresso estão acobertados quanto à sua limitação em circunstâncias de estado de exceção, devendo inclusive os direitos e garantias internos receberem interpretação consentânea com os referidos Instrumentos internacionais.

A Constituição do Equador de modo análogo à ordem constitucional brasileira prevê a cláusula de abertura constitucional material em seu artigo 11, inciso (7)²⁸, ao reconhecer que os direitos e garantias positivados na Constituição e nos Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos, não excluem outros direitos derivados da dignidade das pessoas, comunidades, povos e nacionalidades necessárias ao seu pleno desenvolvimento.

Observa-se ainda, que o artigo 417 da Carta equatoriana, preceitua no tocante à interpretação das normas internacionais de direitos humanos a aplicação do princípio da dignidade humana, a não-restrição de direitos, a aplicabilidade direta e a cláusula aberta constitucional material²⁹ (Equador, 2008).

No que se refere ao *status* normativo perante a ordem interna, a Constituição do Equador no artigo 424, preconiza que os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo país que reconhecerem direitos mais favoráveis aos previstos constitucionalmente prevalecerão sobre qualquer outra norma legal ou ato de poder público (Equador, 2008, tradução nossa). Há claramente a opção constitucional pelo princípio da primazia da norma mais favorável às vítimas³⁰ (Equador, 2008, tradução nossa). Por sua vez, a artigo 425 estabelece que os tratados internacionais dispõem de hierarquia suprallegal³¹ (Equador, 2008, art. 425, tradução nossa).

A Carta Magna da Guiana nos moldes da Constituição argentina apresenta um catálogo dos instrumentos internacionais considerados fontes de direitos e garantias fundamentais, não obstante a ausência de atribuição quanto à natureza hierárquica³² (Guiana, 1980). O artigo 154(A), itens 1, 3, 5 e 6, prevê expressamente a abertura constitucional material e o dever de não revogação³³ semelhante ao modelo brasileiro (Guiana, 1980).

26 Cf. art. 94. “La enunciación de los derechos y garantías contenidos en la Constitución y en los convenios internacionales vigentes, no debe entenderse como negación de otros que, siendo inherentes a la persona humana, no figuren expresamente en ellos” (Colômbia, 1991).

27 Cf. art. 93. “Los tratados y convenios internacionales ratificados por el Congreso, que reconocen los derechos humanos y que prohíben su limitación en los estados de excepción, prevalecen en el orden interno. Los derechos y deberes consagrados en esta Carta, se interpretarán de conformidad con los tratados internacionales sobre derechos humanos ratificados por Colombia” (Colômbia, 1991).

28 Cf. “[...]. Art. 11 (7). “El reconocimiento de los derechos y garantías establecidos en la Constitución y en los instrumentos internacionales de derechos humanos, no excluirá los demás derechos derivados de la dignidad de las personas, comunidades, pueblos y nacionalidades, que sean necesarios para su pleno desenvolvimiento” (Equador, 2008).

29 Art. 417. “Los tratados internacionales ratificados por el Ecuador se sujetarán a lo establecido en la Constitución. En el caso de los tratados y otros instrumentos internacionales de derechos humanos se aplicarán los principios pró ser humano, de no restricción de derechos, de aplicabilidad directa y de cláusula abierta establecidos en la Constitución” (Equador, 2008).

30 Art. 424. “La Constitución es la norma suprema y prevalece sobre cualquier otra del ordenamiento jurídico. Las normas y los actos del poder público deberán mantener conformidad con las disposiciones constitucionales; en caso contrario carecerán de eficacia jurídica. La Constitución y los tratados internacionales de derechos humanos ratificados por el Estado que reconozcan derechos más favorables a los contenidos en la Constitución, prevalecerán sobre cualquier otra norma jurídica o acto del poder público” (Equador, 2008).

31 Art. 425. “El orden jerárquico de aplicación de las normas será el siguiente: La Constitución; los tratados y convenios internacionales; las leyes orgánicas; las leyes ordinarias; las normas regionales y las ordenanzas distritales; los decretos y reglamentos; las ordenanzas; los acuerdos y las resoluciones; y los demás actos y decisiones de los poderes públicos. En caso de conflicto entre normas de distinta jerarquía, la Corte Constitucional, las juezas y jueces, autoridades administrativas y servidoras y servidores públicos, lo resolverán mediante la aplicación de la norma jerárquica superior. La jerarquía normativa considerará, en lo que corresponda, el principio de competencia, en especial la titularidad de las competencias exclusivas de los gobiernos autónomos descentralizados” (Equador, 2008).

32 Cf. Art. 222O “(1). Convention on the Rights of the Child. Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination. Convention against Torture and Other Inhuman or Degrading Treatment or Punishment. Covenant on Economic, Social and Cultural Rights. Covenant on Civil and Political Rights. Inter-American Convention on the Prevention, Punishment and Eradication of Violence against Women” (Guiana, 1980).

33 Cf. 154 A. “(1) Subject to paragraphs (3) and (6), every person, as contemplated by the respective international treaties set out in the Fourth Schedule to which Guyana has acceded is entitled to the human rights enshrined in the said international treaties, and such rights shall be respected and upheld by the executive, legislature, judiciary and all organs and agencies of Government and, where applicable to them, by all natural and legal persons and shall be enforceable in the manner hereinafter prescribed. (3) The State shall, having regard to the sociocultural level of development of the society, take reasonable legislative and other measures within its available resources to achieve the progressive realisation of the rights provided for in paragraph (1). (5) Nothing contained in this article shall be construed to abrogate any human right, not enumerated herein, which a person had at the time of the commencement of this. Article. (6) The State may divest itself or otherwise limit the extent of its obligation under any of the treaties listed in the Fourth Schedule, if two-thirds of the elected members of the National Assembly have voted in favour of such divestment or limitation” (Guiana, 1980).

Cabe mencionar que a Constituição da Guiana ao indicar que o Estado pode limitar a extensão de sua obrigação frente aos tratados elencados no rol chamado de *Fourth Schedule* (Guiana, 1980, art. 122, tradução nossa) – desde que dois terços dos membros eleitos da Assembleia Nacional tenham votado a favor de tal desinvestimento ou limitação – apresenta uma restrição por assim dizer, inusitada, em face às demais constituições sul-americanas (Guiana, 2008, tradução nossa)³⁴.

Ao considerar questões de ordem orçamentária e desenvolvimento social, dispõe a possibilidade de adoção de medidas legislativas e outras razoáveis com vistas à concreção progressiva dos direitos humanos neles previstos³⁵. O dispositivo em comento assume um caráter dúplice vez que preconiza a abertura constitucional aos direitos humanos, todavia, impõe uma possível limitação quanto à sua concreção.

A Constituição da Guiana, na esteira de outras ordens constitucionais dispõe ainda em seu artigo 39, parágrafo 2³⁶, que a interpretação dos direitos fundamentais deverá respeitar o estabelecido nos Tratados e Convenções internacionais (Guiana, 2008, tradução nossa).

A Constituição venezuelana estabelece a cláusula de abertura material de modo semelhante ao disposto nas constituições brasileira, colombiana, equatoriana e a guianense. O artigo 22, prevê que os direitos e garantias nela assegurados, assim como àqueles salvaguardados pelos instrumentos internacionais de direitos humanos devem ser interpretados em conformidade com os outros direitos inerentes ao ser humano ainda não previstos expressamente (Venezuela, 1999).

O texto constitucional da Venezuela também alude em seu artigo 23³⁷ que os Tratados, Convênios e Convenções referentes aos direitos humanos, assinados e ratificados pelo país, têm hierarquia constitucional e são prevalentes à ordem interna (Venezuela, 1999, tradução nossa). Na medida em que contenham regras sobre seu gozo e exercício mais favorável aos estabelecidos constitucionalmente tendo aplicação imediata e direta pelos Tribunais e demais órgãos do Poder Público³⁸ (Venezuela, 1999, tradução nossa).

Frisa-se, por sua vez, que a Constituição venezuelana preconiza com base nos princípios da primazia das normas mais favorável e da prevalência dos direitos humanos, a aplicação imediata e a natureza de norma constitucional às normas de direitos humanos positivadas nos instrumentos internacionais³⁹ (Venezuela, 1999, tradução nossa). Portanto, dispensa a exigência de aprovação por rito especial de recepção, diferentemente por exemplo, das ordens constitucionais argentinas⁴⁰ (Argentina, 1853) e brasileira⁴¹ (Brasil, 1988).

A Constituição da República Plurinacional da Bolívia não traz expressamente em seu bojo a cláusula de abertura constitucional. Todavia, o artigo 13, inciso III, estabelece que os direitos nela previstos não dispõem de grau hierárquico ou superioridade em relação a outros⁴² (Bolívia, 2009, tradução nossa). Além disso, reconhece que os Tratados e as Convenções de direitos humanos ratificados pela

34 Cf. Art. 154-A “(6) *The State may divest itself or otherwise limit the extent of its obligation under any of the treaties listed in the Fourth Schedule, provided that two-thirds of the elected members of the National Assembly have voted in favour of such divestment or limitation*” (Guiana, 1980).

35 (3) “*The State shall, having regard to the sociocultural level of development of the society, take reasonable legislative and other measures within its available resources to achieve the progressive realisation of the rights provided for in paragraph (1)*” (Guiana, 1980).

36 Cf. Art. 39. (2). “*In the interpretation of the fundamental rights provisions in this Constitution a court shall pay due regard to international law, international conventions, covenants and charters bearing on human rights*”. (Guiana, 1980).

37 Art. 23. “*Los tratados, pactos y convenciones relativos a derechos humanos, suscritos y ratificados por Venezuela, tienen jerarquía constitucional y prevalecen en el orden interno, en la medida en que contengan normas sobre su goce y ejercicio más favorables a las establecidas por esta Constitución y en las leyes de la República, y son de aplicación inmediata y directa por los tribunales y demás órganos del Poder Público*” (Venezuela, 1999).

38 Cf. Art. 24. “*Ninguna disposición legislativa tendrá efecto retroactivo, excepto cuando imponga menor pena. Las leyes de procedimiento se aplicarán desde el momento mismo de entrar en vigencia, aun en los procesos que se hallaren en curso; pero en los procesos penales, las pruebas ya evacuadas se estimarán en cuanto beneficien al reo o rea, conforme a la ley vigente para la fecha en que se promovieron. Cuando haya dudas se aplicará la norma que beneficie al reo o a la rea*” (Venezuela, 1999).

39 Cf. Art.23. “*Los tratados, pactos y convenciones relativos a derechos humanos, suscritos y ratificados por Venezuela, tienen jerarquía constitucional y prevalecen en el orden interno, en la medida en que contengan normas sobre su goce y ejercicio más favorables a las establecidas por esta Constitución y en las leyes de la República, y son de aplicación inmediata y directa por los tribunales y demás órganos del Poder Público*” (Venezuela, 1999).

40 Cf. art.75, inc. 22 (Argentina, 1853).

41 Cf. art.5º, § 3º (Brasil, 1988).

42 Art. 13, inciso III. “*La clasificación de los derechos establecida en esta Constitución no determina jerarquía alguna ni superioridad de unos derechos sobre otros*” (Bolívia, 2009).

Assembleia Legislativa Plurinacional possuem prevalência na ordem interna⁴³ (Bolívia, 2009, tradução nossa). Ademais, é proibida a sua restrição em situações emergenciais e de estado de exceção. As normas internas devem ser interpretadas em conformidade com o que dispõem os instrumentos internacionais de direitos humanos ratificados pela Bolívia (2009).

O artigo 256, inciso I, da Constituição boliviana dispõe ainda, que os tratados de direitos humanos que declaram direitos mais favoráveis aos constantes do texto constitucional, desde que ratificados pela Bolívia, gozam de preferência aos assegurados constitucionalmente na esteira do princípio da primazia da norma mais favorável⁴⁴ (Bolívia, 2009). Por sua vez, a artigo 410, incisos I e II, §§ 1, 2, 3 e 4, estabelecem que o bloco de constitucionalidade é formado por Tratados e Acordos internacionais sobre direitos humanos e pelas normas do Direito Comunitário desde que tenham sido ratificadas pelo país⁴⁵ (Bolívia, 2009, tradução nossa).

Acompanhando a redação da Constituição Política do Estado boliviano, a Constituição da República do Paraguai também não dispõe de cláusula expressa de abertura constitucional. Entretanto, o artigo 137⁴⁶, indica que os instrumentos internacionais internalizados, assim como as leis infraconstitucionais sancionadas em conformidade com a ordem constitucional, integram a “*lei positiva nacional na ordem de prioridade estabelecida*” (Paraguai, 1992, tradução nossa). Além disso, o texto constitucional paraguaio impõe que, quem tentar subverter dita ordem incorrerá em crimes tipificados e puníveis por lei⁴⁷. Referido dispositivo também se revela destoante do consagrado pelas demais Constituições Sul-Americanas.

Por fim, cabe aduzir que a Constituição Política da República do Chile (1980), a Constituição Política do Peru (1993), a Constituição da República do Suriname (1987) e a Constituição da República Oriental do Uruguai (1830) são silentes no tocante à previsão da cláusula de abertura constitucional, e quanto à hierarquia normativa dos instrumentos internacionais de direitos humanos em suas respectivas ordens normativas constitucionais.

3 HIERARQUIA DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS A PARTIR DA PESPECTIVA COMPARATIVA: RUMO AO NOVO ESPAÇO JURÍDICO MULTINÍVEL SUL-AMERICANO.

Tendo como parâmetro de comparação e fio condutor para análise ora em tela a cláusula de abertura material, inscrita no artigo 5º, § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988⁴⁸ (Brasil, 1988), procura-se aqui destacar o seu caráter oscilante e controvertido, ora amplo, ora restritivo, em face à maioria dos textos constitucionais sul-americanos.

Ao que se refere ao *status* hierárquico dos tratados internacionais perante ao ordenamento interno, cabe sublinhar que se busca aqui enfatizar, em especial, àquelas ordens constitucionais sul-americanas que destoam do previsto no parágrafo 3º, artigo 5º da Carta Constitucional brasileira de 1988⁴⁹ (Brasil, 1988).

Notadamente, no que diz respeito à identificação da ausência ou não exigibilidade de procedimento legislativo próprio para recepção das normas de direitos humanos advindas da esfera internacional com vistas ao *status* ou aplicação consti-

43 Art. 13, inciso IV. “Los tratados y convenios internacionales ratificados por la Asamblea Legislativa Plurinacional, que reconocen los derechos humanos y que prohíben su limitación en los Estados de Excepción prevalecen en el orden interno. Los derechos y deberes consagrados en esta Constitución se interpretarán de conformidad con los Tratados internacionales de derechos humanos ratificados por Bolivia” (Bolívia, 2009).

44 Artículo 256. I. “Los tratados e instrumentos internacionales en materia de derechos humanos que hayan sido firmados, ratificados o a los que se hubiera adherido el Estado, que declaren derechos más favorables a los contenidos en la Constitución, se aplicarán de manera preferente sobre ésta. II. Los derechos reconocidos en la Constitución serán interpretados de acuerdo a los tratados internacionales de derechos humanos cuando éstos prevean normas más favorables” (Bolívia, 2009).

45 Art. 410. II. “La Constitución es la norma suprema del ordenamiento jurídico boliviano y goza de primacía frente a cualquier otra disposición normativa. El bloque de constitucionalidad está integrado por los Tratados y Convenios internacionales en materia de Derechos Humanos y las normas de Derecho Comunitario, ratificados por el país [...]” (Bolívia, 2009).

46 Art. 137. “La ley suprema de la República es la Constitución. Esta, los tratados, convenios y acuerdos internacionales aprobados y ratificados, las leyes dictadas por el Congreso y otras disposiciones jurídicas de inferior jerarquía, sancionadas en consecuencia, integran el derecho positivo nacional en el orden de prelación enunciado” (Paraguai, 1992).

47 Art. 137. “[...] Quienquiera que intente cambiar dicho orden, al margen de los procedimientos previstos en esta Constitución, incurrirá en los delitos que se tipificarán y penarán en la ley” (Paraguai, 1992).

48 Art.5º., § 2º. “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (Brasil, 1988).

49 Art.5º., § 3º. “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais” (Brasil, 1988).

tucional equivalente. Em cotejo ao que a ordem constitucional argentina estabelece quanto à cláusula de abertura material, nota-se semelhança com o texto constitucional brasileiro quanto à exigência de um quórum qualificado para adesão aos novos direitos humanos resultantes dos tratados internacionais.

A Carta Maior da Argentina dispõe expressamente no artigo 75, inciso (22), *in fine*, a exigência para aprovação de dois terços da totalidade de cada Câmara⁵⁰ (Argentina, 1853). Por sua vez, bastante similar ao quórum qualificado de três quintos dos votos (3/5) dos respectivos membros de cada casa do Congresso Nacional em dois turnos, exigido pelo artigo 5º, parágrafo 3º da CRFB/1988 (Brasil, 1988).

Não obstante, cabe enfatizar que a Constituição da Argentina diferentemente da Carta Magna brasileira, traz em seu bojo a positivação de um catálogo de instrumentos internacionais que gozam de hierarquia constitucional perante à sua ordem interna (Argentina, 1994, art. 75, inciso 22).⁵¹ Por ora, há nove tratados internacionais de direitos humanos com hierarquia constitucional.

Nesse sentido, vale mencionar a Constituição da Guiana que de modo análogo explícita no artigo 154-A, parágrafos (1), (3) e (6)⁵² os instrumentos internacionais por ela aderidos, o chamado de *Fourth Schedule* (Guiana, 1980).

Destaca-se quanto ao sistema constitucional guianense a possível limitação desses direitos por meio de desinvestimento ou não-observância do que dispõem referidos tratados, desde que obedeça ao cumprimento do exigido quórum qualificado de aprovação por dois terços dos membros eleitos da Assembleia Nacional da Guiana (1980)⁵³. Vale mencionar que no caso da Guiana o texto constitucional prevê a não-revogação de qualquer direito humano consagrado anterior a atual Constituição (Guiana, 1980).⁵⁴

De outro modo, se assemelham ao disposto no artigo. 5º, parágrafo 2º da CRFB/88 (Brasil, 1988), as cláusulas de abertura material presentes na Constituição da Colômbia, artigo 94⁵⁵ (Colômbia, 1991), na Constituição do Equador, artigo 11, inciso 3⁵⁶ (Equador, 2008), na Constituição da Guiana, artigo 154-A (5)⁵⁷ (Guiana, 1980) e a Constituição da Venezuela, artigo 22⁵⁸ (Venezuela, 1999, tradução nossa).

Ademais, a ordem constitucional venezuelana prevê expressamente no artigo 23, a prevalência dos Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos no ordenamento jurídico interno⁵⁹ (Venezuela, 1999). Assim como reconhece o princípio da primazia da norma mais favorável nos casos de conflitos normativos entre a ordem interna e a internacional.

Cabe sublinhar que há, inclusive, algumas limitações supraconstitucionais, dentre os quais, os princípios e valores históricos republicanos, a observância dos

50 Cf. art. 75 (22). “Os demais tratados e convenções sobre direitos humanos, depois de aprovados pelo Congresso, exigirão o voto de dois terços da totalidade dos membros de cada Casa para gozar da hierarquia constitucional” (Argentina, 1853, tradução nossa).

51 Após a Reforma Constitucional de 1994, a Constituição argentina reconhece o *status* constitucional, a aplicação direta e imediata aos tratados internacionais de direitos humanos e a legislação internacional protetiva à vida (Argentina, 1994).

52 Cf. Art.154-A(1) “Subject to paragraphs (3) and (6), every person, as contemplated by the respective international treaties set out in the Fourth Schedule to which Guyana has acceded is entitled to the human rights enshrined in the said international treaties, and such rights shall be respected and upheld by the executive, legislature, judiciary and all organs and agencies of Government and, where applicable to them, by all natural and legal persons and shall be enforceable in the manner hereinafter prescribed [...] 3) The State shall, having regard to the sociocultural level of development of the society, take reasonable legislative and other measures within its available resources to achieve the progressive realization of the rights provided for in paragraph (1). [...] 6) The State may divest itself or otherwise limit the extent of its obligation under any of the treaties listed in the Fourth Schedule, if two-thirds of the elected members of the National Assembly have voted in favors of such divestment or limitation” (Guiana, 1980).

53 Cf. Art. 154 - A (6). “The State may divest itself or otherwise limit the extent of its obligation under any of the treaties listed in the Fourth Schedule, if two-thirds of the elected members of the National Assembly have voted in favors of such divestment or limitation” (Guiana, 1980).

54 “[...] Art. 154 - A (2). “The rights referred to in paragraph (1) do not include any fundamental right under this Constitution” (Guiana, 1980).

55 Cf. Art. 94. “La enunciación de los derechos y garantías contenidos en la Constitución y en los convenios internacionales vigentes, no debe entenderse como negación de otros que, siendo inherentes a la persona humana, no figuren expresamente en ellos” (Colômbia, 1991).

56 Art. 11 (3). “Los derechos y garantías establecidos en la Constitución y en los instrumentos internacionales de derechos humanos serán de directa e inmediata aplicación por y ante cualquier servidora o servidor público, administrativo o judicial, de oficio o a petición de parte” (Equador, 2008).

57 Art. 154 -A (5). “Nothing contained in this article shall be construed to abrogate any human right, not enumerated herein, which a person had at the time of the commencement of this Article” (Guiana, 1980).

58 Cf. art. 22. “La enunciación de los derechos y garantías contenidos en esta Constitución y en los instrumentos internacionales sobre derechos humanos no debe entenderse como negación de otros que, siendo inherentes a la persona, no figuren expresamente en ellos. La falta de ley reglamentaria de estos derechos no menoscaba el ejercicio de los mismos” (Venezuela, 1999).

59 Cf. Art. 23. “Los tratados, pactos y convenciones relativos a derechos humanos, suscritos y ratificados por Venezuela, tienen jerarquía constitucional y prevalecen en el orden interno, en la medida en que contengan normas sobre su goce y ejercicio más favorables a las establecidas por esta Constitución y en las leyes de la República, y son de aplicación inmediata y directa por los tribunales y demás órganos del Poder Público” (Venezuela, 1999).

tratados internacionais, acordos e compromissos validamente ratificados, a progressividade dos direitos fundamentais e o respeito as garantias democráticas.

De modo similar ao disposto pela Constituição da Venezuela, a Constituição da Bolívia em seu artigo 256, inciso I, bem como a Carta Constitucional Política da República do Equador, preconiza nos artigos 13 e 424, que os instrumentos internacionais de direitos humanos que estabelecem direitos mais favoráveis aos contidos nas respectivas constituições gozam de preferência normativa, ou seja, hierarquia supraconstitucional (Equador, 2008; Bolívia, 2009, tradução nossa).

Todavia, é preciso mencionar que as Cartas constitucionais da Bolívia⁶⁰ e do Equador, dispõem que os Tratados de Direitos Humanos após integralizados à ordem interna, obedecem ao critério hierárquico de aplicação (Equador, 2008; Bolívia, 2009).

Referidos sistemas constitucionais adotam de certo modo em relação às normas internacionais o caráter supralegal, posto que situadas abaixo das normas constitucionais, mas acima das demais normas internas. Por sua vez, em ordem de preferência estão as normas constitucionais, seguidas pelos tratados e convenções internacionais de direitos humanos.

Da mesma forma, o sistema constitucional paraguaio reconhece o *status* constitucional hierárquico dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos, em conformidade ao disposto no artigo 137 da Constituição da República do Paraguai⁶¹ (Paraguai, 1992, tradução nossa).

A Carta Magna da Colômbia, dispõe no artigo 93, que os Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos têm prevalência sobre a ordem interna, sendo os direitos humanos constitucionalmente assegurados interpretados em consonância com o que estabelecem os tratados de direitos humanos ratificados pelo país⁶² (Colômbia, 1991, tradução nossa).

No mesmo sentido, a Constituição do Chile, prevê no artigo 54(1)⁶³, que para a aprovação de um Tratado Internacional de Direitos Humanos pelo Congresso se exige o mesmo quórum de aprovação de uma Lei ordinária (Chile, 1980, tradução nossa).

A Constituição Peruana de 1993, menciona em seu artigo 55⁶⁴, que os Tratados Internacionais de Direitos Humanos têm hierarquia legal (Peru, 1993). Não obstante, a maioria da doutrina defende e boa parte da jurisprudência peruana considere a hierarquia constitucional dos referidos Instrumentos (Peru, 1993, tradução nossa).

De igual modo, como se observa no artigo 72 da Constituição do Uruguai⁶⁵, não há definição expressa quanto ao *status* constitucional dos tratados, tão-somente são considerados como parte relevante e indispensável, cuja interpretação da jurisprudência é no sentido de reconhecer a natureza de norma constitucional dos Tratados de Direitos Humanos (Uruguai, 1830, art. 72, tradução nossa).

Ademais, em termos gerais pode-se constatar que o Brasil, não obstante, se encontre em uma posição de maior abertura e preocupação constitucional com os direitos humanos em comparação a um significativo número de países sul-americanos, ainda muito se distancia de um modelo desejável.

Posto que, no tocante à cláusula de abertura aos direitos humanos, cujo procedimento político longo e oneroso previsto no artigo 5º, § 3º da CF/88⁶⁶ vai no

60 Art. 256, inciso II, “Los derechos reconocidos en la Constitución serán interpretados de acuerdo a los tratados internacionales de derechos humanos cuando éstos prevean normas más favorables” (Bolívia, 2009).

61 Cf. art. 137. “La ley suprema de la República es la Constitución. Esta, los tratados, convenios y acuerdos internacionales aprobados y ratificados, las leyes dictadas por el Congreso y otras disposiciones jurídicas de inferior jerarquía, sancionadas en consecuencia, integran el derecho positivo nacional en el orden de prelación enunciado” (Paraguai, 1992).

62 Cf. Art. 93 “Los tratados y convenios internacionales ratificados por el Congreso, que reconocen los derechos humanos y que prohíben su limitación en los estados de excepción, prevalecen en el orden interno. Los derechos y deberes consagrados en esta Carta, se interpretarán de conformidad con los tratados internacionales sobre derechos humanos ratificados por Colombia” (Colômbia, 1991).

63 Cf. Art. 54, inciso I, “[...] La aprobación de un tratado requerirá, en cada Cámara, de los quórum que corresponda, en conformidad al artículo 66, y se someterá, en lo pertinente, a los trámites de una ley” (Chile, 1980).

64 Cf. Art. 55. “Los tratados celebrados por el Estado y en vigor forman parte del derecho nacional” (Peru, 1993).

65 Cf. art. 72. “La enumeración de derechos, deberes y garantías hecha por la Constitución, no excluye los otros que son inherentes a la personalidad humana de la forma republicana de gobierno” (Uruguai, 1830).

66 Cf. art. 5º, § 3º. “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais” (Brasil,

sentido diametralmente oposto à redação do artigo 5º, § 1º que determina a aplicação imediata das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais⁶⁷ (Brasil, 1988).

Entende-se aqui que a observância desse procedimento especial constitui um obstáculo dificultoso para a recepção com hierarquia constitucional dos novos direitos advindos dos tratados internacionais de direitos humanos, principalmente porque até o presente momento somente 4 (quatro) tratados internacionais gozam de *status* constitucional.

São eles, a Convenção da ONU sobre o Direito das Pessoa com Deficiência (Brasil, 2009). O Protocolo adicional à Convenção da ONU sobre o Direito das Pessoa com Deficiência. O Tratado de Marraqueche (Brasil, 2018) e a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (Brasil, 2022).

Como visto, algumas Cartas Políticas admitem expressamente que a recepção dos instrumentos internacionais de direitos humanos com hierarquia constitucional ocorre direta e imediatamente, sem quaisquer outras exigências; as Constituições do Brasil e da Argentina, exemplificativamente, exigem um procedimento legislativo próprio à recepção com a observância de rito procedimental especial para tanto (Argentina, 1853; Brasil, 1988).

Por outro lado, outras ordens constitucionais não preceituam expressamente a possibilidade de elevação dessas normas ao nível constitucional, mas estabelecem a possibilidade de aplicação das normas internacionais de direitos humanos em prevalência às normas constitucionais.

Em suma, todas as mencionadas ordens constitucionais preconizam que os direitos e garantias previstos na sua Carta Política não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados ou dos tratados internacionais cujo país faça parte.

Em face da análise do que dispõem alguns textos constitucionais sul-americanos quanto à cláusula de abertura material pode-se identificar que há diferentes níveis para recepção e aplicação das normas advindas dos instrumentos internacionais de direitos humanos.

Além disso, os sistemas normativos constitucionais dos países da América do Sul quase na integralidade indicam que os tratados de direitos humanos não são incorporados imediata e diretamente ao ordenamento jurídico interno, nem tampouco às suas ordens constitucionais.

Pode-se notar ainda que, a grande maioria das Constituições Sul-Americanas exige o quórum de maioria absoluta, o mesmo para a aprovação de uma lei complementar e por fim, algumas Constituições exigem apenas a aprovação por maioria simples para o reconhecimento de nível hierárquico constitucional aos Tratados de Direitos Humanos.

Por sua vez, sustenta-se aqui em face da multiplicidade quanto à abertura e hierarquia constitucional dos direitos humanos fundamentais adotados pelas ordens constitucionais sul-americanas, é urgente e imprescindível o desenvolvimento de um diálogo entre a ordem interna e internacional a partir da definição dos contornos de um novo espaço jurídico constitucional rumo à construção de um constitucionalismo multinível sul-americano.

1988).

67 Cf. art. 5º, § 1º. “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata” (Brasil, 1988).

CONCLUSÃO

Com base no que foi apresentado constatou-se sob a ótica estrutural comparatista que as Constituições Sul-americanas são relativamente convergentes. No tocante à cláusula de abertura material constitucional identificou-se que os textos constitucionais da Argentina, Colômbia, Guiana, Venezuela, assim como a do Brasil e Equador a contemplam expressamente. No que tange ao *status* hierárquico foram encontrados dispositivos referentes em 7 (sete) Constituições, quais sejam, Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai e Venezuela. Pode-se identificar que a abertura material constitucional expressa aos direitos fundamentais humanos se faz presente em metade do número total dos textos constitucionais dos países sul-americanos. Ademais, pode-se evidenciar que a cláusula de abertura constitucional aos direitos fundamentais e a recepção de novos direitos advindos da esfera internacional no ordenamento jurídico interno se desenvolve distintamente e em níveis e graus diversos.

Destacou-se que a Constituição venezuelana apresenta uma ampla abertura ao estabelecer a hierarquia constitucional das normas oriundas dos instrumentos jurídicos internacionais de direitos humanos sem a exigência de um procedimento legislativo próprio, Bem como ao admitir a aplicação do princípio da primazia da norma mais favorável quando se tratar do conflito entre a norma interna e a norma de ordem internacional.

Por outro lado, sublinhou-se que as Constituições do Brasil e da Argentina possibilitam expressamente que os instrumentos jurídicos internacionais de direitos humanos possam gozar de um *status* constitucional desde que atendidos os requisitos legislativos próprios para tal.

Nesse sentido, entendeu-se que a previsão do cumprimento do procedimento especial constitui um obstáculo dificultoso para a recepção com hierarquia constitucional dos novos direitos advindos dos tratados internacionais de direitos humanos, principalmente no cenário brasileiro onde até o presente momento somente 4 (quatro) tratados internacionais gozam de *status* constitucional.

Verificou-se que sob outra perspectiva, as Constituições da Bolívia, do Equador e do Paraguai preveem de forma geral a infra constitucionalidade e supra legalidade desses direitos, bem como não admitem expressamente a recepção dos direitos humanos com o caráter de norma constitucional. Todavia, estabelecem a possibilidade de aplicação dessas normas em prevalência da ordem constitucional interna, quando consideradas mais favoráveis.

Nessa esteira, constatou-se que a Constituição da Colômbia traz em seu bojo dispositivo expresso quanto ao reconhecimento das normas internacionais de direitos humanos, bem como a proibição de sua limitação em situações de emergência no âmbito interno. Entretanto, o texto constitucional colombiano é silente quanto ao grau hierárquico das normas oriundas dos instrumentos jurídicos internacionais de direitos humanos.

Em sentido diverso, apontou-se que o texto constitucional guianense prevê expressamente que os os direitos humanos consagrados nos tratados internacionais devem ser observados e respeitados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciária, todavia, também silencia quanto ao seu *status* hierárquico constitucional. Evidenciou-se também que as Constituições do Chile, do Peru, do Suriname e do Uruguai não há dispositivo indicativo à abertura constitucional aos direitos humanos oriundos dos tratados, tampouco há indicação quanto à sua posição hierárquica normativa internamente. Não obstante, apontou-se que a jurisprudência das Supremas Cortes peruana e uruguaia tem paulatinamente decido no sentido de reconhecer a natureza de norma constitucional dos Tratados de Direitos Humanos.

Ademais, em termos gerais pode-se constatar que o Brasil, não obstante, se encontre em uma posição de maior abertura e preocupação constitucional com os direitos humanos em comparação a um significativo número de países sul-americanos, ainda muito se distancia de um modelo desejável no tocante à cláusula de abertura aos direitos humanos, cujo procedimento político longo e oneroso previsto no artigo 5º, § 3º da CF/88 vai no sentido diametralmente oposto à redação

do artigo 5º, § 1º que determina a aplicação imediata das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais (Brasil, 1988).

Por fim, evidenciou-se a multiplicidade e o dinamismo da abertura constitucional aos direitos humanos fundamentais pelas Constituições sul-americanas, bem como o quanto, nesse contexto o diálogo entre a ordem interna e internacional carece de um urgente e imprescindível desenvolvimento rumo à construção dos contornos de um novo espaço jurídico conformado, vale dizer, de um adequado e suficiente constitucionalismo multinível sul-americano.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Constituição do Estado, de 05 de outubro de 1989**. Manaus: Assembleia Legislativa, 1989. Disponível em: <http://www.ale.am.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/CONSTITUIÇÃO-DO-ESTADO-DO-AMAZONAS-DEZ-2018.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ARGENTINA. **Constitución Nacional de la Argentina** de 1853. Buenos Aires: Estado Argentino, 1853. Disponível em: <https://www.congreso.gob.ar/constitucionSeccion1Cap4.php>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado de 2009**. Sucre: Ministerio de la Presidencia, 2009. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 10.932, de 10 de janeiro de 2022**. Convenção interamericana contra o racismo, a discriminação racial e formas correlatas de intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, seção 1, n. 7, p. 1, 11 jan. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.932-de-10-de-janeiro-de-2022-373305203>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 6949, de 25 de agosto de 2009**. Convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 9522, de 08 de outubro de 2018**. Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9522.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 87.585-8/TO**. Prisão - depositário infiel - relevância da articulação contida na inicial - liminar deferida. O pano de fundo deste habeas é ordem de prisão por sessenta dias, cuja observância ocorreu em 3 de novembro de 2005 [...]. Relator: Celso de Mello, 12 mar. 2008a. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC87585VISTACM.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso extraordinário n. 466.343-1/SP**. O recurso extraordinário foi interposto pelo Banco Bradesco S.A., com fundamento no art. 102, III, “a”, da Constituição, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, negando provimento ao recurso de apelação n. 791031-0/7, consignou entendimento no sentido da inconstitucionalidade da prisão civil do devedor fiduciante em contrato de alienação fiduciária em garantia, em face do que dispõe o art. 5º, inciso LXVII, da Constituição. Recorrente: Banco Bradesco S/A. Recorrido: Luciano Cardoso Santos. Relator: min. Cezar Peluso, 3 dez. 2008b. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/imprensa/pdf/re466343.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 6. ed. Coimbra: Almedina, 1993.

CHILE. **Constitución política de la República de Chile de 1980**. Santiago: Gobierno de Chile, 1980. Disponível em: https://www.camara.cl/camara/media/docs/constitucion_politica.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

COLÔMBIA. **Constitución política de la República de Colombia de 1991**. Bogotá: Estado Colombiano, 1991. Disponível em: <https://dapre.presidencia.gov.co/normativa/normativa/Constitucion-Politica-Colombia-1991.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CUNHA, Paulo Ferreira da. **Teoria da constituição**. Lisboa: Editorial Verbo, 2000. v. 2.

EQUADOR. **Constitución de la República del Ecuador de 2008**. Quito: Presidencia de la República, 2008. Disponível em: https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Os direitos fundamentais implícitos e seu reflexo no sistema constitucional brasileiro**. Revista Jurídica da Presidência, Brasília, DF, v. 8, n. 82, p. 1-8, dez./jan. 2007. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/download/321/314/661>. Acesso em: 20 mar. 2023.

GUIANA. **Constitution of the Co-operative Republic of Guyana Act 1980**. Georgetown: Presidente Office, 1980. Disponível em: <http://parliament.gov.gy/constitution/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

HÄBERLE, Peter. **Estado constitucional cooperativo**. Tradução de Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

MATO GROSSO. **Constituição do Estado de 1989**. Cuiabá: Assembleia Legislativa, 1989. Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br/arquivos/parlamento/ssl/constituicao-estadual.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. A incorporação dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no ordenamento brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, n. 37, p. 147, jul./set. 2000. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/618>. Acesso em: 7 abr. 2022.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. O novo § 3. do art. 5. da constituição e sua eficácia. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 42, n. 167, p. 93-114, jul./set. 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/739>. Acesso em: 7 abr. 2022.

MINAS GERAIS. **Constituição do Estado de 1989**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 1989. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=Con&num=1989&ano=1989>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PARÁ. **Constituição do Estado de 1989**. Belém: Assembleia Legislativa, 1989. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/legislacao/estadual/Onsituicao_Para_cpara_1989.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

PARAGUAI. **Constitución de la República de Paraguay de 1992**. Assunção: Presidencia de la República, 1992. Disponível em: http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic2_pry_anexo3.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

PARAÍBA. **Constituição do Estado de 1989**. João Pessoa: Assembleia Legislativa, 1989. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/wp-content/uploads/2017/02/Constitui%C3%A7%C3%A3o-Estadual-Atualizada-at%C3%A9-a-Emenda-40-de-2015.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Los derechos fundamentales**. Madrid: Tecnos, 2004.

PERÚ. **Constitución Política del Perú de 1993**. Lima: Estado Peruano, 1993. Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/presidencia/informes-publicaciones/196158-constitucion-politica-del-peru>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PIAUÍ. **Constituição do Estado de 1989**. Teresina: Assembleia Legislativa, 1989. Disponível em: http://www.seplan.pi.gov.br/download/201612/SEP07_611a68f9a2.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa de 1976**. Lisboa: República Portuguesa, 1976. Disponível em: http://app.parlamento.pt/site_antigo/livraria/vozes_constituint. Acesso em: 20 mar. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Constituição do Estado de 1989**. Natal: Assembleia Legislativa, 1989. Disponível em: http://www.al.rn.gov.br/documentos/Constituicao_Estadual_versao_final_2023.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

SAMPAIO, José Adércio Leite. As Constituições subnacionais e direitos fundamentais nas federações. **Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 183-215, fev. 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/rdc.2019.34969>.

SARLET, Ingo Wolfgang. Considerações a respeito das relações entre a constituição federal de 1988 e os tratados internacionais de direitos humanos. **Espaço Jurídico**, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 325-344, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1328>. Acesso em: 7 abr. 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SERGIPE. **Constituição do Estado de 1989**. Aracaju: Assembleia Legislativa, 1989. Disponível em: https://al.se.leg.br/arq_transparencia/arq_constituicao/constituicao_estadual_2019.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

SGARBOSSA, Luís Fernando; JENSEN, Geziela. A tese da supralegalidade dos tratados internacionais de direitos humanos e a interação entre o direito interno e o direito internacional: uma análise crítica do HC 87.585-8/TO. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2485, abr. 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/14725>. Acesso em: 7 abr. 2022.

SURINAME. **The Constitution Of The Republic Of Suriname 1987**. Paramaribo: Nationale Assemblée, 1987. Disponível em: <https://www.constitution.org/cons/suriname.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

URUGUAI. **Constitución de la República Oriental del Uruguay de 1830**. Montevideo: República Oriental del Uruguay, 1830. Disponível em: <http://www.parlamento.gub.uy/constituciones/const004.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela de 1999**. Caracas: Gobierno Bolivariano, 1999. Disponível em: <http://www.tsj.gov.ve/legislacion/constitucion1999.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.